

Por Antonio Penteado Mendonça



É pretensão dizer que a natureza está abusando. Afinal, quem somos nós para dizer o que a natureza deve ou não deve fazer? O problema é que a série de estragos causados pelos eventos de origem natural atingiu um patamar que pouca gente viva já tinha visto. Não há notícia recente de uma série de eventos tão devastadores como os que atingiram Caribe, México e Estados Unidos.

Até o momento em que escrevo este artigo, foram três furacões de classe 5 e dois terremotos acima de 7 graus, seguidos de vários outros menos violentos. Os terremotos se concentraram no México, mas os furacões correram soltos pelo Caribe, México e Estados Unidos, atingindo de forma mais ou menos severa os diferentes pontos por onde passaram.

De regiões de sonho a localidades miseráveis, ninguém escapou e os estragos foram democraticamente divididos entre milionários e pessoas as mais pobres. A ordem de grandeza deve passar os 300 bilhões de dólares, se transformando na série de sinistros mais cara já enfrentada pelo setor de seguros.

O problema mais sério, todavia, não é quanto as seguradoras irão indenizar ou se a ordem de grandeza é capaz de comprometer seu funcionamento e solidez. A grande pergunta é como os governos irão fazer frente aos danos que não estão segurados e que são os valores mais elevados.

Mesmo nos Estados Unidos, onde a contratação de seguros é uma prática corriqueira, a maior parte dos danos não deve estar segurada, o que quer dizer que o governo terá que arcar com a maior parcela dos prejuízos e dos custos de reconstrução. Se, por um lado, isso é ruim e pode significar uma grande demora para a recuperação das áreas devastadas e dos patrimônios atingidos, de outro, há uma notícia boa: os trabalhos acelerados em parte das regiões atingidas devem impulsionar positivamente a economia, já que serão necessárias a produção e a comercialização de bens e a realização de serviços que devem movimentar bilhões de dólares.

Acontece que o Caribe e o México não são os Estados Unidos. Nestes países, a realidade é bem diferente e a contratação de seguros não é tão intensa como nos estados americanos.

Várias autoridades diretamente envolvidas já disseram que vastas áreas seriamente danificadas só estarão recuperadas daqui a muitos anos. Que os trabalhos serão lentos e demandarão recursos que hoje não existem.

É um quadro desesperador. A maioria das ilhas caribenhas depende do turismo e os turistas não devem procurar suas praias deslumbrantes porque, por um longo período, os hotéis, serviços de turismo e infraestrutura básica não estarão disponíveis.

Como também não há uma quantidade expressiva de apólices de seguros capazes de minimizar os prejuízos diretos e os danos indiretos consequentes da passagem dos furacões, e como os governos não têm condições de realizar os reparos rapidamente, o desemprego e mesmo a fome estarão rondando as casas de milhares de pessoas desempregadas e sem muitas opções para arrumarem suas vidas.

Estas considerações valem também para o México, mais afetado pelos terremotos. Os estragos sofridos pelas cidades atingidas são sérios e deve demorar um bom tempo até serem completamente consertados ou refeitos.

A lição que se tira é que, se um raio não cai duas vezes no mesmo lugar, os furacões não concordam com a regra e os terremotos acompanham esta posição.

Uma passada de olhos pelos noticiários desde o começo do ano vai mostrar que a situação é mais complexa e que várias áreas do mundo estão sendo atingidas por fenômenos até agora praticamente desconhecidos ou com violência muito maior do que a normal.

Não é preciso ir longe. O Brasil, cortado por uma das mais vastas redes fluviais do planeta, amarga uma seca inédita faz alguns anos. Rios famosos pelo volume de água, em alguns lugares, estão reduzidos a um fiapo de água, enquanto outros menos caudalosos secaram. De outro lado, tempestades torrenciais caídas fora de época estão destruindo o sul do país. O dado dramático é que, além de não termos seguro, o Governo não toma qualquer providência para minimizar os problemas.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 02.10.2017.